

**Joana Restivo**

**(Licenciada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – Membro da Ordem dos Arquitectos)**

**Citação:** Joana Restivo, " Utopia – abertura de outras possibilidades na arquitectura", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 5 (2006). ISSN 1645-958X.

<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>

Sendo o tema da utopia transversal aos vários ramos da cultura, também a história da arquitectura nos fala, e se constrói, de utopias e de idealizações de Cidades Novas imaginadas para sociedades política e socialmente aperfeiçoadas. Uma vez que o arquitecto se ocupa de “prever” possíveis realidades construídas, a utopia foi para o arquitecto, ao longo da história, uma forma de “visionarismo”, ou seja, uma forma de transposição do paradigma utópico em literatura para a idealização de espaços em si ideais, imaginados como espaços capazes de servir a prática de ideias utópicas políticas e sociais, pensados com construções muitas vezes tecnicamente impossíveis de construir de acordo com o conhecimento técnico existente no momento. No entanto, a evolução do termo utopia é um tema muito vasto e complexo, assim como a história do paradigma utópico, e a definição de utopia que aqui interessa acaba por ser tangencial ao conceito e sua evolução. Na verdade, a *utopia* interessa-me particularmente enquanto *procedimento*, dotado, a meu ver, de uma grande instrumentalidade, e extremamente útil ao processo de projecto arquitectónico, na abertura de “outras” possibilidades. A utopia enquanto instrumento de projecto pode ser de grande utilidade numa primeira fase de pensamento e concepção do projecto, como *motivação* mais do que como intenção ou finalidade.

A utopia interessa-me enquanto “real ficcionado”, ou enquanto conjunto de “possibilidades não realizáveis num presente ou num futuro próximo”. Se por um lado se associa, por definição, utopia a irreal, e portanto a impossível, por outro lado custa-me entendê-la como conjunto de “impossibilidades”. No entanto, seria também um engano pensar a utopia como um conjunto de “virtualidades”, pois as utopias, ainda que em parte potenciais, não são praticáveis nem possíveis num presente ou futuro próximo. Deste modo, associo o termo *utopia* a *ideal*, mais do que a *irreal*. Não considero, por isso, a utopia como um conjunto de *virtualidades*, ou de potenciais realidades (susceptíveis de se realizarem), mas antes um conjunto de *idealizações*, ou seja, de virtualidades associadas a ficção, fantasia. E se o *real* pode ser visto como oposto a *irreal*, prefiro ver estes dois termos mais como “paralelos” do que como opostos, uma vez que aquilo que pensamos como real é fruto da nossa percepção da realidade, daquilo que existe e é material, e essa percepção implica à partida distorção da realidade percebida.

Assim, a ideia de *utopia* a que queria chegar exige uma clarificação dos conceitos de *virtual*, *real*, *irreal*, e de *imaginário*.

Entendendo o *virtual* como faculdade, porém sem exercício, ou efeito actual, susceptível de se realizar (Ferreira 1986: 1782), como algo que existe em potência, potencial, possível, ou ainda em óptica, na sua definição mais básica, aquela que corresponde a uma imagem obtida por reflexão (num espelho) ou por refracção; e entendendo o *real* como algo que existe de facto – falando do real material e não daquele percebido – e portanto oposto a fictício, ideal, ilusório, imaginário, possível e potencial. Encontramos aqui uma relação de complementaridade entre *virtual* e *real*, ou seja, aquilo que é virtual, embora não existindo, mas porque é potencial, pode vir a ser real (no sentido material), *realizando-se*.

Partindo da definição de *utopia* como descrição ou representação de qualquer lugar ou situação ideais onde vigorem normas e/ou instituições políticas altamente aperfeiçoadas (tendo como referência mais imediata o “país imaginário” de Thomas Morus), e ainda como projecto “irrealizável” (sem aplicação prática), quimera ou fantasia (Ferreira 1986: 1745), e entendendo assim utopia como algo que é por definição *irreal*, logo obtemos uma outra relação dos pares: *utopia/irreal* versus *virtual/real*.

Correndo o risco de estar a simplificar demasiadamente, procuro entender o *virtual* enquanto “real em potência”, ou enquanto “possibilidades realizáveis”, algo que pode portanto passar a *real*. Da mesma forma, procuro definir o termo *utopia* (associado ao termo *ideal*) enquanto “real ficcionado” ou enquanto

conjunto de “possibilidades não realizáveis num presente ou futuro próximo” – a sendo a utopia, por definição, *irreal*. Mas, porque não entendo que o termo real seja oposto a irreal, como já procurei explicar, não entendo tão-pouco que o termo *utopia* exista separado do termo *virtual*. Mais entendo que a fronteira entre os dois se dilui, na medida em que os dois remetem para “outras (im)possibilidades”, realizáveis no caso daquilo que é virtual, e não realizáveis no caso daquilo que é utópico. E para isso teremos de falar de *imaginário*.

É através do imaginário (individual) que extrapolamos, pensamos e existimos para além de um corpo (como no caso dos sonhos) ou para além de situações e condições reais, e que nos abrimos ao fictício e ao impossível; mas é também através do exercício do imaginário que delineamos, pensamos e visualizamos possibilidades e potencialidades. O imaginário é um “lugar mental” dedicado à abertura do impossível (ao não possível enquanto não real, não visível, não palpável, não percecionável, não conhecido) no sentido em que é um espaço onde se associam percepções do real (e suas distorções) com fantasias e ilusões, “ficcionalando” ou criando possibilidades “realizáveis” que venham a servir um real.

O *virtual* serve então o *real* através do *imaginário*, assim como as *utopias*. A utopia, enquanto instrumento ou ferramenta mental (e não enquanto lugar ou situação ideal absolutamente outros), não é mais do que a associação de virtualidades (ou seja, possíveis realidades associadas) com ficção e fantasia no espaço do pensamento no nosso imaginário.

Por isto mesmo insisto na ideia de que a utopia enquanto instrumento é fundamental ao pensamento do indivíduo. No caso do arquitecto, vejo a utopia como um procedimento que pode constituir uma motivação do projecto arquitectónico, uma espécie de “motor de busca” de virtualidades ficcionadas. Enquanto instrumento de projecto, a utopia serve para nutrir e informar outras formas de arquitectura virtuais (Purini 2000: 107), que apenas existem no nosso espaço do pensamento, as quais se poderão tentar representar, sendo por isso representáveis, ainda que não realizáveis. Sendo o arquitecto um indivíduo de acção e de vontade transformadora do espaço e da realidade, e portanto “propositivo”, o arquitecto deverá ser também “crítico” em relação ao espaço e à realidade em que intervém. E é partindo desse pressuposto que desenvolvo uma outra ideia sobre a *utopia* e o *arquitecto*.

No seguimento da ideia de utopia enquanto instrumento que serve um prospectar no trabalho do arquitecto na abertura de outras possíveis realidades, falo agora de algo que se prende mais com a ideia de “casa”, com a necessidade de abrigo, de conforto e de intimidade do indivíduo. A casa – enquanto o lugar ou o espaço que por um lado abriga e por outro cumpre a necessidade de *decoro*, ou seja, de “dignidade no aspecto” (Purini 2000: 126) – é também o sítio onde o “eu” pode habitar e manifestar a sua interioridade (Mèlich 2000: 14), confrontá-la consigo mesmo, e com a dos outros.<sup>1)</sup> A casa, neste sentido não é aquele objecto arquitectónico físico e exequível que pode ser representado exaustivamente até à escala real nos desenhos do projecto de execução de arquitectura, mas é antes a “casa” *imaterial* e *virtual* que vem depois daquela que o arquitecto concebeu, previu e representou construtivamente. O que levanta uma questão: por que é que o arquitecto tem por vezes tanta dificuldade em aceitar que a perfeição do desenho do projecto que persegue dará origem a espaços que serão vividos por homens *reais*, e não por homens *ideais* ou *utópicos*? O espaço que o arquitecto imaginou e desenhou, uma vez construído, é um “cenário” que servirá a quem o habitar. O habitante que usar este espaço terá por sua vez o seu próprio imaginário, os seus ideais, e será em abstracto um indivíduo qualquer, com interioridade própria, dinâmico e individual. Assim sendo, em vez de perseguir apenas a perfeição e o detalhe do espaço desenhado, o arquitecto não se deveria ocupar também de pensar o espaço que projectou como não acabado, mas antes como um “cenário” que deverá ser capaz de oferecer ao indivíduo a possibilidade de construir a sua intimidade, e de se apropriar do espaço que é seu? No entanto, surge uma outra questão: como projectar um espaço que – para além do seu carácter acabado quando a obra termina – seja flexível à manifestação da interioridade dos indivíduos que nele habitam? E sendo o indivíduo finito e dinâmico, não será então uma utopia pensar que o espaço poderá ser infinitamente flexível?

Assim, seguindo esta ideia de “casa” como algo que está para além do espaço, parece ser utópico o arquitecto que tenta controlar obstinadamente a perfeição do desenho até ao fim, como se a obra depois de construída permanecesse intocável e intemporal e fosse habitada por homens ideais, numa atitude de protagonismo e de obsessão pela inserção da obra no rápido mundo das imagens que caracteriza a sociedade contemporânea. Mas quando o arquitecto procura, na concepção do projecto, que este seja algo com capacidade “quase infinita” de variação conforme o indivíduo que a habita, perseguindo conceitos teóricos preestabelecidos, incorre igualmente numa utopia.

Será então esta ideia de “casa” uma utopia? E enquanto utopia, ela poderá servir de *motivação* para

experimentar outras possibilidades?

Contemporaneamente, o arquitecto move-se entre estes dois desejos (o de protagonismo de autor, e o da casa enquanto algo que “apenas” serve o indivíduo que a habita), como se os mesmos representassem dois pólos opostos de uma mesma realidade, ou como se os mesmos se exercessem em sucessão, como se fossem fases diferentes de um idêntico processo de transformação da realidade. Por um lado vemos, não raramente, o arquitecto contemporâneo projectar uma arquitectura de imagem numa vontade de protagonismo que só se cumpre quando a obra for capaz de gerar imagens iconográficas. Por outro vemos, também frequentemente, o arquitecto que, partindo de formulações teóricas, critica essa mesma atitude e propõe que o indivíduo seja de novo o centro do objecto arquitectónico, e que inclusivamente a arquitectura seja capaz de funcionar como uma extensão da pele humana, capaz de melhor se adequar ao indivíduo. Entre a utopia de construir um objecto perfeito e a utopia de que o objecto, quando construído, se adapte indefinidamente ao indivíduo que o habita, ao ponto de querer ser uma extensão desse indivíduo, será em si uma utopia a possibilidade de o arquitecto agir num equilíbrio frágil, mas sensível, a estas duas atitudes?

E se a utopia do arquitecto – a sua *motivação*, entenda-se – fosse então a procura e a experimentação desse espaço sempre melhor desenhado, mas também sempre mais adequado, apropriado e íntimo a quem o habita? será a experimentação dessa ideia de “casa” uma utopia para o arquitecto? Poderá essa utopia gerar outras possibilidades?

1. Sigo a ideia de que o espaço do habitar é um lugar de intimidade, onde o “corpo” ou o “eu” se protege e se defende, se isola, separando o interior habitado e individual do espaço exterior e plural através de uma membrana ou de uma fronteira que é a própria construção, que lhe confere privacidade. Mas dentro deste espaço privado, habitar significa habitar ainda um outro espaço absolutamente íntimo, não visível e não palpável. É o que está dentro do que está dentro, é a interioridade. O que está dentro do corpo que por sua vez está dentro do espaço privado, este contido pela caixa ou pela membrana (abrigo). Habitar é assim, e também, “habitar a fenda” (Mèlich 2000: 14).

## Bibliografia

- AUGÉ, Marc, *A Guerra dos Sonhos: Exercícios de Etnoficção*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- BACZKO, Bronislaw, “Utopia.” em: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Vol. 5, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- BANHAM, Reyner, “A Home is not a House.” em: OCKMAN, Joan, *Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology*. Nova Iorque: Columbia Books of Architecture / Rizzoli, 3ª ed., 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2ª ed., 1986.
- FOUCAULT, Michel, “Des Espaces Autres.” em: *Dits et Écrits. 1954-1988*. Paris: Éditions Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel, “Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias.” em: OCKMAN, Joan, *Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology*. Nova Iorque: Columbia Books of Architecture / Rizzoli, 3ª ed., 2000.
- MÉLICH, Glòria, “Entre.” em: *Quaderns*. Barcelona, Nº 226, Julho 2000.
- MORUS, Tomás, *A Utopia*. Lisboa: Guimarães Editores, 9ª ed., 1994.
- PURINI, Franco, *Comporre l'architettura*. Roma: Editori Laterza, 2000.
- PURINI, Franco, *Le opere, gli scritti, la critica*. Milão: Electa, 2000.
- RESTIVO, Joana, “Imaginário e condição experimental da arquitectura. Para a compreensão da situação contemporânea da arquitectura”, dissertação apresentada para Prova Final na Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, Novembro 2003.
- RESTIVO, Tiago, “O virtual, abertura do possível”, trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina *Atelier de Artes Digitais*, Curso de Som e Imagem, Escola das Artes da Universidade Católica do Porto, Porto, Junho 2001.
- TEYSSOT, Georges, “Heterotopias and the History of Spaces.” em: HAYS, Michael, *Architecture Theory since 1968*. Nova Iorque: MIT Press, 3ª ed., 2002.